

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, dezembro de 2015, número 96. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Conjuntura da questão agrária no estado do Paraná:  
análise dos dados do DATA LUTA-PR 2015.**

### ARTIGO DO MÊS

**Território: abordagens e concepções**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

**XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016**

**“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”**

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

**CONFERENCIA INTERNACIONAL:**

**“Tierra y territorio en las américas: acaparamientos, resistencias y alternativas”.**

Universidad Externado de Colombia/Bogotá - Colombia, 26 al 29 de agosto de 2016.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa por assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade.**

*Autor: Jacques Távora Alfonsín.*

Os estudos desta coletânea analisam o modo como o nosso ordenamento jurídico tem sido interpretado e aplicado para, quando menos, aliviar as dores próprias do sofrimento imposto a milhões de pessoas trabalhadoras e pobres, gerado por essa injustiça em nosso país.



**Nosotros somos la Via Campesina.**

*Dirección: Valentin Fayet y Maxime Kouvaras.*

Este vídeo fue filmado durante el Foro Social Mundial de 2015 en Túnez, en él podemos ver las experiencias de las campesinas y campesinos sobre solidaridad, las luchas de las mujeres, la tierra, las semillas, el agua. La Vía Campesina agrupa a más de 200 millones de miembros en 164 organizaciones de 73 países.

Para ver: <http://tv.viacampesina.org/Somos-La-Via-Campesina?lang=es>.



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**

*Autores: Vários*

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

### APOIO

*Editoração:* Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

*Revisão:* Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

*Coordenação:* Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, e Valmir J. de O. Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **CONJUNTURA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISE DOS DADOS DO DATALUTA-PR 2015**

### **GEOLUTAS**

Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os principais conflitos ocorridos no campo paranaense estão relacionados ao uso e posse da terra, envolvendo, sobretudo, camponeses sem-terra, indígenas e quilombolas. A existência dos conflitos se deve a concentração de terras no estado e a expansão do modo de produção capitalista, que provocou transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais em todo o espaço agrário paranaense, principalmente a partir da década de 1950/60 com a incorporação de elementos técnico-científicos no campo. Assim, a desigualdade da distribuição de terras e a “modernização conservadora” proporcionaram o enriquecimento de uma pequena parte de “produtores rurais”, sobretudo, dos médios e grandes proprietários e a expulsão de camponeses e indígenas de suas terras/territórios.

Nesse contexto, o Banco de Dados da Luta pela Terra no Paraná (DATALUTA-PR), tem buscado levantar, organizar e sistematizar, a partir de fontes diversas, um conjunto de dados e informações que permitem caracterizar os conflitos e lutas pela terra no estado, principalmente àquelas relacionadas com as manifestações e ocupações de terra. Neste breve texto, procura-se expor e dialogar sobre algumas destas informações coletadas.

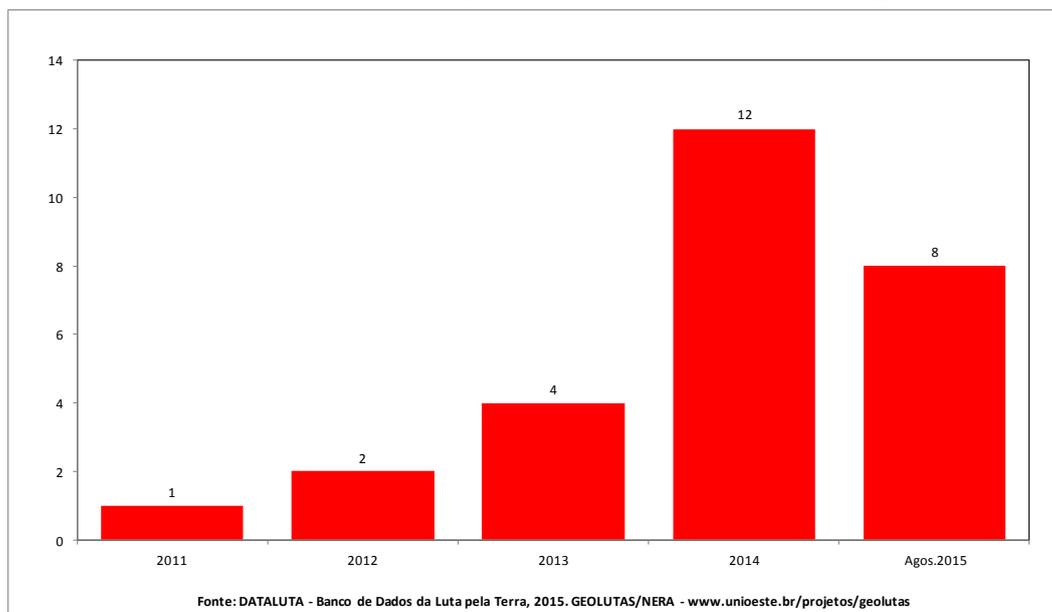
### **O DATALUTA-PR E A CONJUNTURA DA LUTA PELA TERRA/TERRITÓRIO**

Em relação aos anos de 2011, 2012 e 2013, em 2014 houve o aumento do número de ocupações de terra no estado do Paraná. Tal tendência tem prosseguido em 2015, sendo que de janeiro a agosto deste ano, contabilizaram-se 08 ocupações de terras (Gráfico 01). A isso se soma a retomada, sobretudo por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da estratégia das ocupações massivas, ou seja, realizadas com um grande número de famílias. Reforça este entendimento que de janeiro a agosto de 2015 embora tenham sido realizadas 04 ocupações a menos do que os 12 meses anteriores, o número de famílias mobilizadas ultrapassa o de 2014 (Gráfico 02).

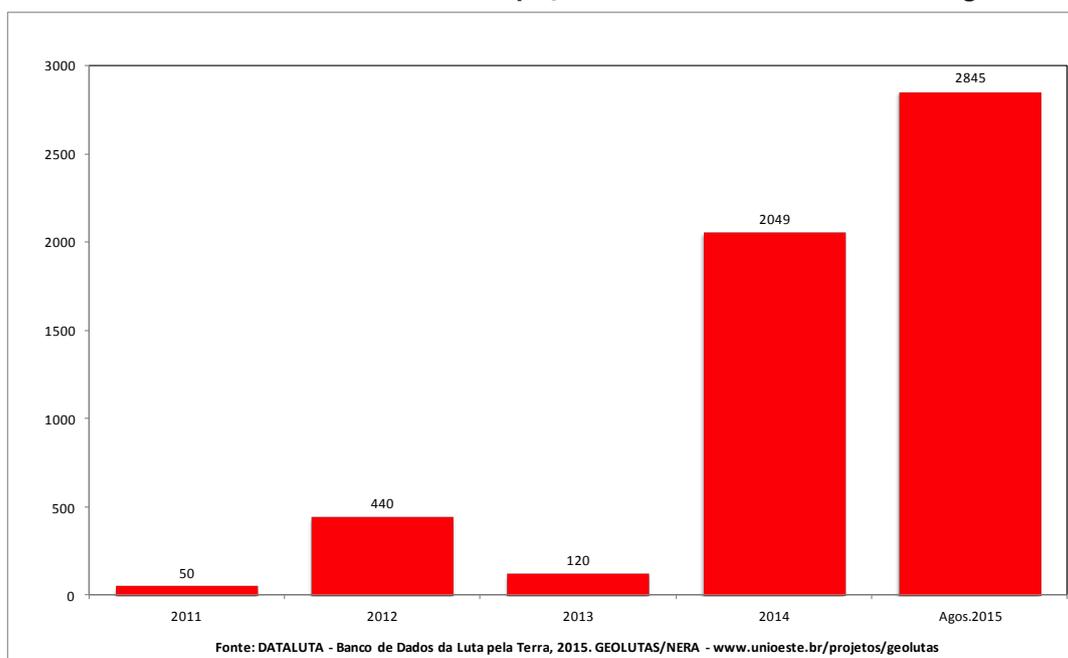
---

<sup>1</sup> Texto elaborado por: Djoni Roos; João Edmilson Fabrini; Daiana Caroline Refati; Felipe Whathier Dallagnol; Vanessa Bueno Arruda; Cíntia Pires Inéia e Jéssica Aparecida de Ávilla Follmann. e-mail: djoni.roos@unioeste.br

**Gráfico 01: Número de ocupações de terra no Paraná 2011 - Ago. 2015**



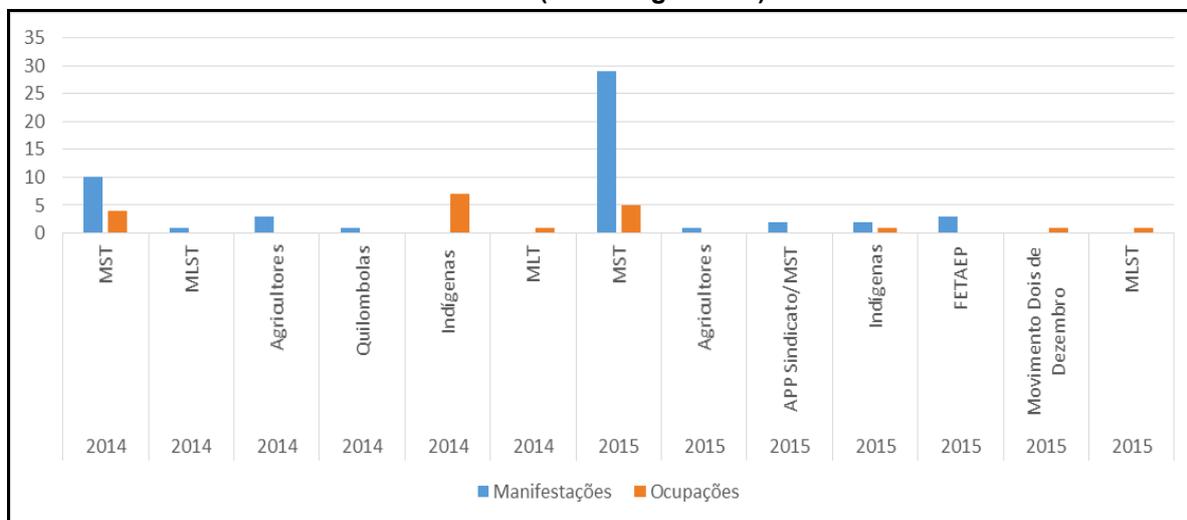
**Gráfico 02: Número de famílias em ocupações de terra no Paraná 2011 - Ago. 2015**



Conforme os dados do Gráfico 03, entre janeiro de 2014 e agosto de 2015, o MST foi o movimento que de forma mais expressiva realizou ocupações de terras e manifestações no Paraná, seguido do movimento indígena. As ocupações de terra e manifestações no estado Paraná no referido período foram realizadas por organizações sindicais, movimentos camponeses, indígenas entre outros grupos

heterogêneos em sua composição, como àquele denominado de “agricultores”<sup>2</sup>. O Gráfico 03 e a Tabela 01 detalham as atuações registradas.

**Gráfico 03: Movimentos socioterritoriais e organizações em manifestações e ocupações de terra no Paraná (2014 - Ago. 2015)**



Fonte: DATALUTA Paraná – Banco de Dados da Luta pela Terra, GEOLUTAS, 2015.

Entre janeiro de 2014 a agosto de 2015, as ocupações de terras foram realizadas por cinco movimentos socioterritoriais. Entre os dois anos, somam-se 4.894 famílias envolvidas em ocupações de terra e 15.450 pessoas nas manifestações (Tabela 1).

**Tabela 01: Número de pessoas em manifestações e de famílias em ocupações de terra no Paraná – janeiro de 2014 a agosto de 2015**

Movimentos/Organizações	Manifestações		Ocupações	
	Nº Pessoas 2014	Nº Pessoas 2015	Nº Famílias 2014	Nº Famílias 2015
MST	7.120	6.900	1.850	2.530
MLT	0	0	25	0
MLST	N.I	0	0	150
Agricultores <sup>3</sup>	200	380	0	0
APP - Sindicato e MST	0	N.I	0	0
FETAEP	0	600	0	0
Indígenas	0	200	174	45
Mov. Dois de Dezembro	0	0	0	120

<sup>2</sup> Grupo que abrange uma heterogeneidade de sujeitos sociais que se manifestaram por questões pontuais, sobretudo, pelo reajuste do preço mínimo de determinados produtos agrícolas, como por exemplo, da mandioca.

<sup>3</sup> Refere-se a uma heterogeneidade de sujeitos sociais que se manifestaram, sobretudo, pelo reajuste do preço mínimo de determinados produtos agrícolas, como por exemplo, da mandioca.

Quilombolas	50	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7.370</b>	<b>8.080</b>	<b>2.049</b>	<b>2.845</b>

Fonte: DATALUTA Paraná – Banco de Dados da Luta pela Terra, GEOLUTAS, 2015

Tratando-se das ocupações realizadas pelo MST, constatou-se que houve aumento de ocupações e de famílias mobilizadas no ano de 2015. Entre janeiro de 2014 e agosto de 2015, o MST realizou nove ocupações, principalmente, nas mesorregiões Norte Central, Centro Sul e Centro Oriental paranaense. Exemplo deste processo é a ocupação da fazenda “Porta do Céu”, localizada no município de Florestópolis (Norte Central Paranaense), ocorrida no mês de março de 2014 e realizada por 500 famílias ligadas ao MST. A área ocupada encontra-se sob domínio do grupo Atalla, o qual não cumpre a função social da terra, pois além do desrespeito as legislações ambientais e trabalhistas, mantém a terra improdutiva, conforme constatado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Outras ocupações que merecem destaque são aquelas ocorridas no latifúndio Araupel. Tais ocupações voltaram a ocorrer nos anos de 2014 e 2015, porém, compõem uma luta antiga dos camponeses sem-terra. A Araupel, antiga Giacomedini-Marodin Indústria de Madeiras S/A, é um latifúndio madeireiro que há décadas grilou mais de 100 mil ha na mesorregião Centro-Sul do Paraná. Tal grilagem garantiu a exploração da mata nativa e posterior plantio de imensas áreas de *pinus* e eucalipto que se estendem pelos municípios de Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu. Em julho de 2014 o MST ocupou parte do latifúndio Araupel no município de Rio Bonito do Iguaçu. Em 2015, a luta pela desapropriação das terras da Araupel teve novos desdobramentos, sobretudo, após a sentença da Justiça Federal determinar que as terras sob domínio da Araupel pertencem a União. Após esta sentença, novas ocupações ocorreram na área (desta vez na parte situada no município de Quedas do Iguaçu) nos meses de junho e julho e envolveram cerca de 800 famílias. A Figura 01 retrata um dos novos acampamentos decorrente da ocupação do latifúndio Araupel.



**Figura 01: Acampamento do MST no latifúndio Araupel em Quedas do Iguaçu-PR – 2015**

Fonte: <https://www.facebook.com/ARAUPEL.QUEDAS>

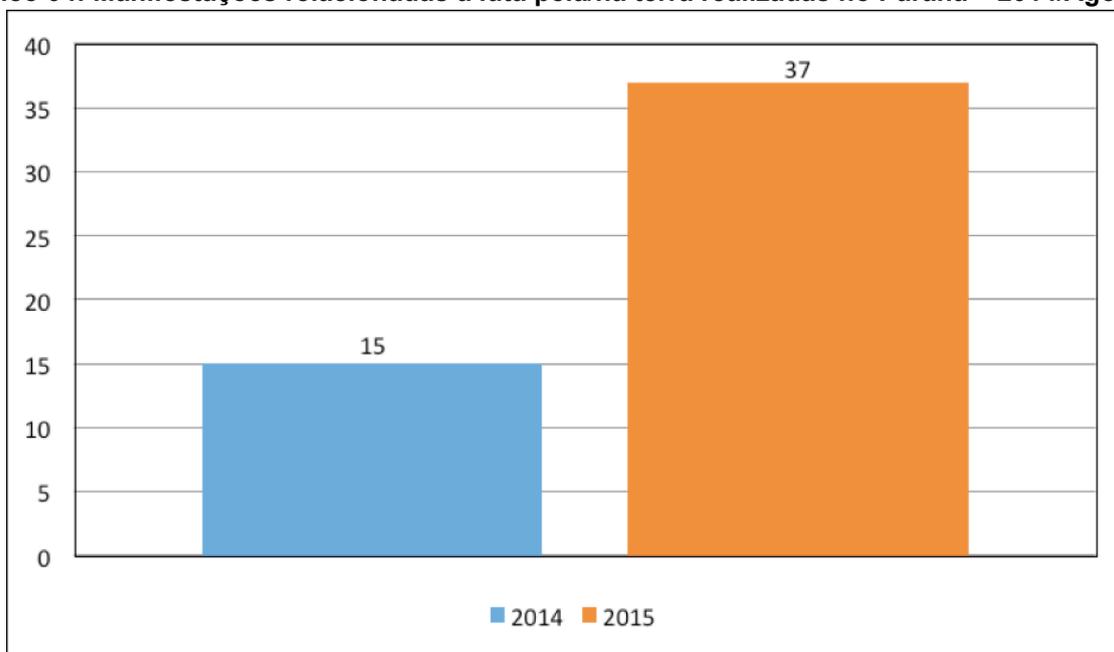
Os camponeses organizados no MST têm investido contra a Araupel por esta se constituir numa das maiores extensões de terras devolutas griladas no estado do Paraná, como indicado na sentença judicial supracitada. Em decorrência das ocupações a Araupel juntamente com ruralistas, associações comerciais, políticos regionais, comerciantes e a mídia, inclusive com utilização de redes sociais como o Facebook, vem realizando inúmeras ações para criminalizar os camponeses e, através de informações inverídicas, buscar macular a imagem destes para a sociedade em geral. Exemplo de tal processo é a página do Facebook “Sou a Favor da Araupel” que tem mais de 15.200 seguidores, na qual se disseminam discursos de ódio ao MST, taxam-se os camponeses de terroristas, bandidos, desocupados entre outras difamações. A referida página do Facebook mantém ainda dois álbuns de fotografias intitulados: “Crimes do MST” e “Danos causados pelo MST”, além de diversos vídeos criminalizando o movimento e postagens que acusam o Movimento de roubo de madeira. Soma-se a tais iniciativas um conjunto de reportagens pagas a jornais, canais de TV e revistas locais e nacionais difundindo agressões contra os camponeses ocupantes e distorcendo o entendimento público.

Em julho de 2015, o MST também ocupou a fazenda Capão Cipó no município de Castro (Mesorregião Centro Oriental Paranaense), com a participação de 150 famílias. A fazenda é usada pela Fundação ABC que é um instituto de pesquisa agropecuária, ligado às cooperativas da região, como a Castrolanda. As terras da fazenda são de propriedade da União e a intenção do movimento é transformá-las em área de pesquisa agroecológica. A ação do movimento incomodou a sociedade rural paranaense a qual realizou “tratorações” pelo centro da cidade de Castro desferindo inúmeras críticas a ocupação.

Outros movimentos que ocuparam terras no Paraná em 2015 foram o MLST e o Movimento Dois de Dezembro. O MLST ocupou a fazenda Sol Nascente em São Pedro do Iguçu, no mês de junho. Em torno de 150 famílias participaram da ação. A referida fazenda é reivindicada devido à alta dívida contraída junto a Receita Estadual (cerca de 11 milhões). Em julho os camponeses do Movimento Dois de Dezembro ocuparam terras no município de Centenário do Sul, Norte do Paraná. As áreas ocupadas compõem as fazendas: Tabapuã, São José, Promissão e Cachoeirinha, todas pertencentes ao Grupo Atalla, o qual detém a Usina Central do Paraná e outros 40 mil ha nos estados do Paraná e São Paulo. O grupo já foi denunciado inúmeras vezes por desrespeito as legislações ambientais e trabalhistas, inclusive, pela utilização de trabalho escravo.

Outra importante estratégia de luta dos camponeses e povos indígenas tem sido as manifestações. Tal tendência de aumento das lutas relacionadas à terra (pela e na) no estado do Paraná, também tem sido visualizado nas manifestações das mais diversas organizações e movimentos socioterritoriais. Estas ações tiveram aumento considerável no período de janeiro a agosto de 2015 em relação ao ano anterior (2014), ou seja, passaram de 15 (de janeiro a dezembro de 2014) para 37 manifestações (janeiro a agosto de 2015). As manifestações ocorridas entre janeiro a agosto de 2015 caracterizaram-se em Bloqueio de Rodovias, Concentração em Espaço Público e Ocupação e Interdição de Praças de Pedágio. Nestas manifestações, participaram movimentos como do MST, MLST, quilombolas, indígenas, FETAEP e a APP Sindicato que devido à greve dos professores, somou a luta juntamente com os movimentos. O aumento expressivo nas manifestações, em comparação ao ano de 2014, se deve, principalmente, na imobilidade do Estado perante a reforma agrária, levando os camponeses a ocuparem por duas vezes a sede do INCRA em Curitiba e uma em Laranjeiras do Sul.

**Gráfico 04: Manifestações relacionadas à luta pela/na terra realizadas no Paraná – 2014/Ago. 2015**



Fonte: DATALUTA Paraná – Banco de Dados da Luta pela Terra, GEOLUTAS, 2015.

Dentre as manifestações, destaca-se a Jornada Nacional de Lutas (11/03/2015) organizada pelos movimentos sociais do campo, reunindo 2.800 camponeses, que interditaram quatro (4) Praças de Pedágio e a Sede do INCRA em Laranjeiras do Sul/PR, e o dia 17 de abril, organizado pelo MST, relembrando os dezenove (19) anos do massacre de Eldorado dos Carajás/PA, interditando sete (7) Praças de Pedágio no PR.

As manifestações realizadas no ano de 2015 (até agosto) pautaram-se em: reforma agrária, demarcação de terras indígenas, acesso ao crédito fundiário, habitação, fim da pobreza, combate a injustiça e a violência no campo, assistência técnica, garantia dos direitos dos trabalhadores atingidos por barragens, retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), educação do campo, reforma política com participação popular e apoio aos professores.

A Tabela 02 apresenta o número de manifestações ocorridas em cada mesorregião do estado do Paraná, revelando uma concentração em quatro destas, elemento diretamente relacionado com o conjunto dos conflitos estabelecidos nas mesmas. Destaca-se o Centro-Sul paranaense como a mesorregião com o maior número de pessoas em manifestações, fator relacionado com os conflitos envolvendo os camponeses do MST e o latifúndio Araupel; em segundo lugar está a metropolitana de Curitiba, local onde se concentra o poder do estado e a sede da superintendência do INCRA, portanto centro das decisões; em terceiro tem-se o Oeste do Paraná, sobretudo em decorrência dos conflitos relacionados à luta indígena e em quarto o Norte Pioneiro em que a luta contra o latifúndio Atalla tem peso importante nesta concentração.

**Tabela 02: Número de manifestações por Mesorregião paranaense**

MESORREGIÃO	Nº DE MANIFESTAÇÕES	Nº DE PESSOAS
Centro ocidental paranaense	1	N.I
Centro oriental paranaense	4	50
Centro sul paranaense	10	4450
Metropolitana de Curitiba	5	2150
Noroeste paranaense	1	N.I
Norte central paranaense	5	N.I
Norte pioneiro paranaense	2	500
Oeste paranaense	8	930
Sudeste paranaense	1	N.I
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>8.080</b>

Fonte: DATALUTA Paraná – Banco de Dados da Luta pela Terra, GEOLUTAS, 2015.

Dentre os elementos que permeiam a questão agrária no Paraná, é importante destacar ainda a luta dos indígenas. Os conflitos entre proprietários rurais e indígenas acentuaram-se nos últimos anos, devido a organização e reivindicação dos segundos na busca pela demarcação de suas terras originárias, sobretudo, no Oeste do Paraná. É de conhecimento que os indígenas estão presentes no Oeste-PR antes

da chegada dos europeus no século XVI. Desde então, instalou-se um contexto de conflitos devido à posse da terra. Os indígenas foram explorados através de sua mão de obra pelos colonizadores, expulsos de suas terras, além de sofrerem inúmeras formas de violência. Poucas famílias resistiram a tal massacre, muitos deslocaram-se para outras áreas como Paraguai, Mato Grosso do Sul, São Paulo ou para outras regiões do Paraná. Atualmente, estão retornando para retomar as terras que pertenceram aos seus antepassados, reivindicando seus territórios. É evidente neste tipo de conflito um sentido territorial, pois a concepção mais comum de território está vinculada ao estabelecimento de poder sobre o espaço, ou seja, se o espaço é apropriado e controlado pelos indígenas ou pelos proprietários de terras. A atual luta pela demarcação das terras indígenas é a única forma visualizada por estes povos para manutenção de seu modo de vida, porém, esta possível demarcação vem sendo combatida duramente pelos proprietários de terras, comerciantes, políticos e suas entidades representativas.

Atualmente existem aproximadamente 350 famílias (1.800 indígenas) distribuídas em oito aldeias em Guaíra-PR e cinco em Terra Roxa-PR. As aldeias encontram-se em situação precária, sendo que em muitas delas há falta de saneamento básico, falta de luz, água potável, entre outros. Através dos dados levantados pelo DATALUTA-PR pode-se verificar o número de manifestações e ocupações de terras realizadas pelos indígenas. No ano de 2014 os indígenas organizaram sete ocupações (retomada de terras), seis destas na mesorregião Oeste do Paraná. Uma delas ocorreu em novembro de 2014, na qual, 50 famílias da etnia Avá-Guarani da aldeia (área de retomada) Tekohá Y'hovy no município de Guaíra-PR, se organizaram para impedir o desmatamento de área de reserva ambiental. A área que se localiza próxima à retomada pelos indígenas ia ser desmatada para construção de um condomínio de moradias. Em dezembro de 2014, quatro famílias indígenas organizaram outra ocupação, desta vez no Ponto de Pesca 48 da Itaipu, localizado em Marechal Cândido Rondon-PR. Esta ação foi fortemente repreendida por um conjunto de proprietários rurais que imediatamente realizaram, por conta própria, o despejo destas famílias da referida área.

Em relação às manifestações, no ano de 2015, no período entre janeiro até agosto, houve duas manifestações realizadas pelos indígenas. Destaca-se a ocorrida no dia 15 de abril, em frente à rodoviária do município de Guaíra-PR, no qual os indígenas das aldeias de Guaíra e Terra Roxa/PR protestaram contra a PEC 215 (Figura 02). Essa manifestação fez parte da Mobilização Nacional dos Povos Indígenas. Um das lideranças indígenas durante o ato manifestou: “Mesmo que essa PEC 215 seja aprovada, o povo Guarani de Guaíra não vai sair. Porque se os fazendeiros estão resistindo, o povo Guarani também vai resistir! Porque Guaíra sempre foi terra indígena, até o nome Guaíra é palavra Guarani!” (P. Liderança Avá-Guarani, Guaíra. Abril de 2015). Vale resaltar que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 é altamente danosa aos povos indígenas, pois transfere do executivo para o legislativo a oficialização da demarcação de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação.



**Figura 02: Manifestação dos indígenas Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa-PR – 2015**  
Fonte: ARRUDA. V. B.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o aumento das manifestações e ocupações de terra por parte dos movimentos socioterritoriais e a ofensiva política, midiática e econômica tomada pelos latifundiários, proprietários rurais, políticos e entidades representativas dos ruralistas, comprova-se a existência de uma questão agrária no Paraná, a qual tem como cerne a posse e uso da terra. O Estado, diversas vezes, anuncia que o campo paranaense é pacífico, omitindo-se no processo pela reforma agrária. Nesse sentido, a contínua luta dos camponeses e povos originários, inclusive com a retomada das ocupações em massa, sobretudo, nos latifúndios da Araupel e do Grupo Atalla, são a garantia da externalização do problema agrário paranaense, ao mesmo tempo, sinalizam avanços para possíveis conquistas em prol de uma estrutura fundiária mais equitativa.

## REFERÊNCIAS

CALIXTO, B. **Conflito entre MST e Araupel ameaça maior área de araucárias no Paraná: Sem-terra reivindicam reserva particular que protege a espécie, considerada criticamente ameaçada de extinção.** 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/09/conflito-entre-mst-e-araupel-ameaca-maior-area-de-araucarias-no-parana.html>>. Acesso em: 14 out. 2015.

DATALUTA-PARANÁ. **Banco de dados da luta pela terra no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS, 2015.

FABRINI, J. E.; et *al.* Conflitos entre ruralistas, camponeses e indígenas no Paraná. In: **Boletim Dataluta**, nº 72, p. 02-12, dez. 2013.

\_\_\_\_\_; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 144p.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, nº 06, ano 08, p. 24-34, 2005.

LIEBGOTT, Roberto A; BONIN, Iara T. **Os guaranis**: O contínuo caminhar de um povo. Entrevista especial com Roberto Liebgott e Iara Tatiana Bonin. In: IHU- On Line. Maio.2010. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/32908-os-guarani-o-continuo-caminhar-de-um-povo-entrevista-especial-com-roberto-antonio-liebgott-e-ilara-tatiana-bonin>> Acesso em: Jul.2013

ROOS, D.; COELHO, D. C.; REFATI, D. C. Disputas territoriais no Paraná recente: a luta camponesa e indígena no estado em 2014. **Boletim DATALUTA**, v. 82, p. 02-12, 2014.